

Semioses: do signo à aprendizagem

George Lima¹

Resumo

O objetivo deste trabalho é mostrar em que medida os signos atuam como causadores de conhecimento, visto que parece inquestionável proferir que só podemos ter acesso ao conhecimento pela mediação de signos, uma vez que signo é tudo aquilo que representa algo a alguém. Tal proposta de trabalho parte da gramática especulativa desenvolvida por Charles S. Peirce (2010) e de exegeses sucedidas com base nestes tratados por pesquisadores como Winfried Nöth (2013), Lucia Santaella (2008) e Ivo Assad Ibri (1992). Estas discussões nascem da pressuposição de existência, e/ou quiçá, da hipótese de emergência de uma semiótica cognitiva a partir dos tratados peircianos.

Palavras-chave: Signo. Aprendizagem. Semiótica. Cognição. Comunicação.

Introdução

A proposta deste artigo é mostrar em que medida os signos funcionam como geradores de conhecimento, uma vez que parece ser inevitável dizer que só podemos ter acesso ao conhecimento pela mediação de signos. O fato é que a própria noção de signo definida por Charles S. Peirce demanda a existência de uma mente interpretadora. Considerando a noção de signo, já podemos inferir alguns pressupostos que apontam para o que nos propomos elucidar, *i.e.*, a potencialidade do signo em gerar signos equivalentes ao que foi percebido em uma mente interpretadora, bem como visionar um germe de aprendizado (informação nova), posto que o signo apresenta o poder de originar um signo mais desenvolvido, trazendo assim conhecimentos novos.

Convém referirmos à existência de um artigo publicado por Winfried Nöth (2013), semioticista norte-americano, no qual, de modo especializado, apresenta premissas a respeito da semiose, objetivando justificar a capacidade instrutiva do signo.

Nöth (2013, p. 79), com base nos tratados peircianos, expõe três premissas para entender os fundamentos dos estudos peircianos, uma vez que, para Peirce, o conhecimento é gerado por

¹ Graduado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB.

comunicação e, além disso, por quase-signos² (signos observados e não-comunicados). Assim como toda a filosofia de Peirce, essas premissas possuem organização triádica, *i.e.*, possui três correlatos básicos: 1) o conceito de signo; 2) o aspecto cognitivo de que todo conhecimento se dá por observação e que todo pensamento é configurado por signo; e 3) o da lógica do signo (ao menos dos signos verbais) enquanto coisa viva, que não é tão só uma figura de linguagem.

Acreditamos que, esclarecendo esses três correlatos fundamentais dos estudos peircianos, fique claro como podemos entender a medida pelo qual signos possuem capacidade de ensinar.

1. O universo está em expansão: o fundamento do signo

Peirce (1987) já afirmava em seus tratados que o universo se encontra em expansão. Isso parece ser trivial quando consideramos as transformações nas formas de comunicação pós Revolução Industrial (séc. XVIII), momento histórico em que podemos observar uma expansão massiva na quantidade de códigos e modos de representar. Andy Warhol (1928-1987) (se não principal, um dos importantes criadores de *pop arts*) foi um dos que materializaram com precisão todo esse modo de produzir signos em série e, com isso, cristalizou aspectos de uma época importante para pensar a arte e a produtividade.

O argumento utilizado por Peirce para explicar a ocorrência desse aspecto expansivo é a de que essa dilatação ocorre nas mentes dos homens, isto é, a humanidade tem essa capacidade de dar conta de representações, pensá-las e cristalizá-las em suportes, determinando e modificando o universo; e, com isso, sendo afetado por ele também. Por que será que isso acontece?

O argumento que pode ser utilizado aqui para explicar esse fenômeno evolutivo-criador-semiótico é que esse aspecto não seria possível sem a existência da lógica do signo, isto é, o caráter intencional presente no signo é inerente à expansão do universo. Este fenômeno pode ser esclarecido na consideração da premissa de representação do signo.

Entre os diversos conceitos de signo postuladas por Peirce no objetivo de descrevê-lo nos seus principais aspectos, conforme Santaella (2005, p. 90), o conceito mais utilizado, simplificado e que talvez dê conta dos aspectos fundamentais de um signo é o de que ele representa alguma coisa para alguém, isto é, cria uma ideia dentro de uma mente interpretadora. Por exemplo, quando nos deparamos com um livro aberto sobre uma mesa de escritório, isso possivelmente sinalizará que

² Segundo Santaella (2005, p. 72), um quase-signo trata-se de um signo ainda em potencial, *i.e.*, que ainda não completou seu objetivo de gerar outros signos em uma mente interpretadora, mas, mesmo nesta imprecisão sgnica, apresenta-se como fenômeno à percepção, contemplação.

alguém o deixou sobre a mesa; e, é possível também, que criará em um mente interpretadora outro signo, que poderá ser de ordem afetiva, simbólica ou reativa (não necessariamente arbitrários entre si).

Essa definição de signo, como é possível perceber, abarca a correlação entre três correlatos lógicos: 1) o signo (ou *representamen*), que é a coisa com o qual nos deparamos no ato de percepção, ou seja, o elemento semiótico com o qual é representado algo; 2) o objeto, que é este algo representado pelo signo; e 3) o interpretante, que é um signo gerado numa mente interpretadora e que pode ser equivalente ou mais desenvolvido que o *representamen*, o qual não pode ser confundido com o sujeito interpretador (pessoa que interpreta).

Como proferimos em um artigo “no prelo”, no qual discutimos a aproximação entre o conceito de tradução e o de relação triádica do signo, é mais que evidente que dentro de um processo lógico há uma ação atuada pelo signo e somente por ele, *i.e.*, o signo está apto a se manifestar de uma determinada maneira. Essa aptidão é o denominado princípio de intencionalidade do signo, é o propósito do signo em ser interpretado e, desse modo, transformado em outro. Os termos “aptidão”, “atuação” e “propósito” utilizados por nós não querem dizer, aqui, que no signo estão materializadas as vontades da pessoa que os interpreta ou cria, mas que o próprio signo possui a disposição de ser interpretado em outro (NÖTH, 2013, p. 81-82). Esta premissa serve para todos os tipos de signos: tanto para os dentro da mente quanto os fora dela, pois os signos na mente são capazes e realizam traduções em outros signos mentais, acarretando numa espécie de expansão semiótica na mente interpretadora [numa cadeia talvez *ad infinitum*].

2. Signo/cognição

Muitos podem opor-se à premissa de que os signos têm autonomia na construção de signos interpretantes ao levar em conta um indivíduo receptor enquanto agente ativo no processo semiótico. Entretanto, não é equivocado dizer que este sujeito está condicionado a um sistema semiótico, no qual são ditas as regras de produção de signos, *i.e.*, o indivíduo não possui tanta autonomia assim sobre a produção de signo. Não é por acaso que muitos estudiosos dizem que estamos na linguagem (SANTAELLA, 2005, p. 19; NÖTH, 2013, p. 83) ou que “não podemos pensar sem signo” (PEIRCE, 1983, p. 72).

Desse modo, como podemos ver, embora a mente esteja condicionada a agir conforme as regras de um sistema maior (o semiótico), ela não deixa de ter participação neste processo. E é por

isso que os signos são tidos como semiautônomos, uma vez que necessita de uma mente (humana) para completar sua ação sígnica.

Há uma informação que convém citarmos aqui sobre a interatividade inerente entre o signo e a mente ou, talvez, a respeito da própria ação do signo, visto que na própria intencionalidade do signo já se pressupõe a existência da mente. Referimo-nos ao aspecto autocorretivo do signo dentro desse processo.

A respeito dessa característica, Peirce diz que “alguns métodos de computação matemática corrigem-se a si próprios; de forma que se um erro é cometido, basta prosseguir que será corrigido no fim” (*ibidem*, p. 117). E, com base nisso talvez, Peirce elabora os seguintes problemas:

Como é que o homem consegue chegar até teorias corretas sobre a natureza? [...] Mas como é que elas chegam até o espírito humano? [...] Como que aprenderam? [...] Mas como é que foi que o homem chegou a acolher essa teoria verdadeira? (*ibidem*, p. 118).

A resposta que se tem para tais questionamentos é a de que as teorias corretas se dão pela autocorreção do signo. Isto pode ser evidenciado quando é dada a experiências do fenômeno observado, pois “a natureza fecunda o espírito do homem com ideias, que quando crescem se parecem com o pai, Natureza” (*ibidem*, 119). Isto é, na medida em que o signo é percebido, há uma espécie de adaptação do signo percebido ao contexto; e esta adaptação configura-se como aprendizagem.

Frente a este argumento, solidifica-se ainda mais a ideia trivial de que, quanto mais se tem contato com uma determinada mídia, mais se saberá a respeito daquilo, *i.e.*, por exemplo, quanto mais se lê um livro, mais preciso é seu conhecimento a respeito dos signos ali apresentados e erros são mais precisamente evitados. Entretanto, é preciso esclarecer que este fenômeno autocorretivo é inteiramente autônomo ao signo, pois signos são condições de todo pensamento e de qualquer conhecimento.

Nesse aspecto autocorretivo, o signo pode ser equiparado a um organismo vivo, uma vez que completa o sentido estrito de vida, posto que, segundo Edgar Morin (2011, p. 29), a vida possui a complexidade adequada para o entendimento auto-organizacional; ou, conforme Nöth (2013, p. 81):

Em contraste com antropólogos que definem símbolos como invenções exclusivamente humanas, Peirce argumentou que estes signos são dotados com a capacidade “de encontrar ou criar seus [próprios] veículos” de propagação (CP 2.217, 1901). “Num certo sentido”, símbolos são organismos vivos. Dentre as características que os qualificam como seres vivos estão: agenciamento intencional e autônomo (ainda que num sentido vicário), auto e metarreferência (Nöth 2007, 2009b), procriação e autorreplicação, sobrevivência e morte. (NÖTH, 2013, p. 81).

É importante frisarmos, aqui, que a aprendizagem não se dá inicialmente apenas por signos propriamente ditos, mas também pela experiência. E, com base nisto, podemos assentar o argumento de que há diferença entre 1) a aprendizagem por signos; e 2) o conhecimento por experiência. A primeira está no cerne da Terceiridade³ Genuína e a segunda começa com fenômenos da Secundidade⁴. Dizer isso corresponde falarmos que a comunicação (caracterizada pela Terceiridade) está na ordem dos signos enquanto a experiência (marcada pela Secundidade) está na ordem dos fenômenos (não-signos).

Desse modo, a aprendizagem pela experiência acontece no choque entre o ego e o não-ego, *i.e.*, pela ação do fenômeno percebido e reação da mente em relação a este fenômeno. A ação do fenômeno aí percebido seria o mesmo de oposição ao ego. Por esta razão, não é arbitrária a utilização das expressões “bruta” e “abrupta” para designar os fatos, pois estes, enquanto fenômenos de secundidade, reagem desse modo em relação à consciência. Peirce ainda acrescenta que

toda sensação, por definição, é essencialmente ativa. (...) A única maneira de aprender uma força é através de algo semelhante tentando opor-se-lhe. Que fazemos algo parecido mostra-se pelo choque que recebemos com uma experiência inesperada (PEIRCE, 1983, p. 92).

Como podemos ver, é justamente este fator surpreendente do fenômeno de secundidade sobre a mente que se apresenta como ponto inicial da aprendizagem. Porém, para se tornar uma

³ Segundo Peirce (1983, p. 93), “a ideia mais simples de Terceiridade dotada de interesse filosófico é a ideia de um signo, ou representação. Um signo ‘representa’ algo para a ideia que provoca ou modifica”.

⁴ Conforme Santaella (2005b, p. 72), “há um mundo real, reativo, um mundo sensual, independente do pensamento e, no entanto, pensável, que se caracteriza pela secundidade”, isto é, que pertence a categoria do objeto do signo e da “realidade”.

aprendizagem *ipso facto* é preciso se transformar num fenômeno de terceiridade, pois só os fenômenos de terceiridade se configuram como inteligência.

3. Os signos ensinam coisas novas

Quando nos deparamos com a expressão “aprendizagem”, podemos pressupor que algo de novo está no jogo deste procedimento. Segundo Nöth (2013, p. 91), “aprendizagem” é adquirir um novo conhecimento. Isto é, não podemos aprender um conhecimento que já sabíamos, uma vez que este se apresenta na mente. Esta ideia de algo novo compõe também a noção de signo, visto que para Peirce (1983, p. 93) um signo comunica algo do exterior à mente (a informação sobre o objeto), provoca uma ideia, um interpretante. Esta premissa torna-se mais precisa quando consideramos a comunicação e a provocação como acontecimentos, posto que toda comunicação, tomada também como ação aqui e agora, configura-se bem como novidade.

Diante deste caráter inovador do conhecimento, Nöth (2013, p. 91), baseando-se nos tratados peircianos, reflete sobre a pressuposição do fator velho (informação que já se encontra presente na mente interpretadora) ao considerar o fenômeno inovador da aprendizagem, posto que sejam inerentes a qualquer raciocínio. Segundo ele, o caráter velho é que fornece as bases para a aprendizagem. Neste sentido, retomamos ao aspecto auto-organizacional do signo, no qual a experiência do signo coloca-se em contato com o conhecimento já adquirido no propósito de produzir aprendizagem.

Conforme Nöth (*ibidem*, p. 93), o aspecto produtor de conhecimento novo do signo pode também ser extraído das tipologias do signo, em relação com objeto⁵ (ícones, índices e símbolos) e em relação ao interpretante⁶ (remas, dicentes e argumentos). Entretanto, segundo Peirce, os signos remáticos não possui esse aspecto produtor de conhecimento, uma vez que se fundamentam como hipóteses, visto que, enquanto rema, encontram seus fundamentos no quali-signo-icônico. A respeito disso, Santaella acrescenta:

⁵ Os signos em relação a seus objetos são divididos em ícone, índice e símbolo. Essa divisão acontece de acordo com o tipo de relação que o signo mantém com seu objeto: se essa relação for de qualidades, os signos são chamados de ícones; se a relação for de conexão factual, os signos são tidos como índices; se essa relação de uma lei ou um hábito, os signos são chamados de símbolo.

⁶ A divisão dos interpretantes segue a mesma lógica divisória da natureza dos signos em relação a seus respectivos objetos.

O quali-signo é um signo cujo objeto e cujo interpretante são também apenas virtuais, potenciais ou meramente possíveis e não atuais. “Um ícone é estritamente uma possibilidade envolvendo uma possibilidade e, assim, a possibilidade de ele ser representado como uma possibilidade é a possibilidade da possibilidade envolvida” (SANTAELLA, 2012, p. 124).

E, referente a isto, Peirce diz o seguinte:

Um ícone puro não pode fornecer nenhuma informação factual ou positiva, visto que ele não fornece nenhuma segurança de que há tal coisa na natureza. Mas ele é do maior valor para capacitar seu interprete a estudar qual seria o caráter de um tal objeto, no caso de ele realmente existir (PEIRCE *apud* SANTAELLA, 2012, p. 125).

Se levarmos em conta esta premissa dos interpretantes remáticos como possibilidade, qualquer signo (seja ele em relação a seu objeto icônico, indicativo ou simbólico), que produzir um interpretante do tipo rema, numa mente, não produzirá informações novas.

A evidência para compreensão dos tipos de signos enquanto instrutores é a de que os signos só podem transmitir informação quando são partes de um dicente, *i.e.*, fazem parte de uma proposição, uma vez que “apenas eles podem transmitir informações a todos” (NÖTH, 2013, p. 92); e posto que para Peirce “um signo dicente (*e.g.*, um cata-vento) é todo objeto de experiência direta na medida em que e um signo e, como tal, propicia informação a respeito de seu objeto, de tal forma que é necessariamente um índice” (PEIRCE, 2010, p. 55).

Embora todos os signos informativos (que pode ser de natureza icônica, indicial ou simbólica) tenham em seu cerne o diálogo com um interpretante dicente, convém informarmos que estes funcionam de modos pedagogicamente distintos. Concernente a isto, segundo os tratados peircianos, podemos dizer que o mais perfeito dos signos apresenta as propriedades icônicas, indicativas e simbólicas de modo balanceado e, com base nisso, informar também que os signos ensinam melhor quando apresentam estas propriedades misturadas num grau máximo de intersecção e complexidade semiótica (NÖTH, 2013, p. 94).

Considerações finais

O universo está em expansão! Este artigo propôs-se a realizar essa ação, objetivando entender em que medida os signos estão aptos a gerarem conhecimento, visto que a própria noção do signo necessita da existência de uma mente interpretadora.

Desse modo, é possível dizer que dentro deste fenômeno expansivo do signo podemos pensar no caráter corretivo-intelectual a partir de uma concepção peirciana de signo, mostrando a medida pelo qual um determinado conhecimento pode ser reparado durante a percepção. Com isso, também, é possível entender a razão por trás da aquisição de conhecimentos novos.

Longe de querermos materializar, aqui, enunciados que possam constituir um discurso finalizador, é possível afirmar que outros trabalhos podem ser realizados a partir das premissas refletidas neste artigo, uma vez que tudo aquilo que se apresenta à mente pode ser classificado como um signo de fato ou em potencial.

Abstract

This paper aims at showing to what the signs act like knowledge causer, since it seems unquestionable to state that we can only reach knowledge through signs, since sign is all it represents something to someone. Such work proposal came from the speculative grammar developed by Charles S. Peirce (2010), and from exegeses based on these treaties by researchers, such as, Winfried Nöth (2013), Lucia Santaella (2008), and Ivo Assad Ibri (1992). These discussions started from the presuppositions of the existence, and/or maybe, of the hypothesis of emergence of a cognitive semiotic from Peirce's treaties.

Keywords: Sign. Learning. Semiotic. Cognitive. Communication.

Referências

- IBRI, Ivo Assad. **Kósmos Noëtós**: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Perspectiva: Hólon, 1992.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliana Lisboa. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- NÖTH, Winfried, 2013. **Os signos como professores**: insights peircianos. In: Teccogs. n. 7, jan.-jun., 75-97.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**: Textos Escolhidos. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Escritos coligidos**. Seleção de Armando Mora D'Oliveira; Trad. de Armando Mora D'oliveira e Sérgio Pomerangblum. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983. (Os Pensadores)
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- SANTAELLA, Lúcia. **Percepção**: fenomenologia, ecologia, semiótica. São Paulo: Cengage Learning, 2012.